

Joaquim dos Santos
José Italo Bezerra Viana
(Organizadores)

Memória, cultura e sociedade 2



Atena
Editora
Ano 2021

Joaquim dos Santos
José Italo Bezerra Viana
(Organizadores)

Memória, cultura e sociedade 2



Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Joaquim dos Santos
José Italo Bezerra Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M533 Memória, cultura e sociedade 2 / Organizadores Joaquim dos Santos, José Italo Bezerra Viana. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-587-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.874211810>

1. Cultura. 2. Memória. I. Santos, Joaquim dos (Organizador). II. Viana, José Italo Bezerra (Organizador). III. Título.

CDD 306.098

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O volume 2 da obra que coaduna as reflexões sobre *Memória, Cultura e Sociedade* traz uma contribuição significativa para repensarmos as lentes que culturalmente nos possibilitam ler o mundo e agir sobre ele a fim de transformá-lo. De caráter interdisciplinar, o livro congrega pesquisadores brasileiros e estrangeiros que discorreram sobre objetos de pesquisa tocantes os trabalhos da memória e suas teias culturais e sociais. Nesse sentido, esta obra traz reflexões sobre cotidiano, subjetividades e relações de poder entre sujeitos e memórias, afirmação de bens culturais como patrimônios, assim como seus usos e desusos entre permanências e reinvenções de tradições, além das relações de trabalho e turismo na contemporaneidade.

Pesquisas variadas e de temáticas abrangentes, como aspectos histórico-sociais do Brasil da segunda metade do século XIX e da primeira metade do XX, ou mesmo temas com recortes nas práticas culturais da atualidade, a exemplo das festas e quadrilhas juninas, formam um mosaico importante que revela a densidade e fecundidade da tríade que intitula esta obra.

As reflexões sobre cotidiano e arte, mediante as operações das fotografias, e as presenças do corpo e dos gestos nas danças demonstram tessituras da memória afetiva e seus laços de pertencimento cultural e social. Com a mesma relevância, os saberes e as práticas culturais dos quilombos nos faz lembrar a força vital que brota da terra, a importância de escutar os mais velhos e seguir seus ensinamentos, os entrelaçamentos do passado com o presente e as artes indissociáveis da vida na contemporaneidade com os saberes e as memórias ancestrais.

Se o universo onírico da infância aparece nas imagens fotográficas, as tensões sobre infância e violência também foram aprofundadas, descortinando uma pertinente relação entre violência sexual e os quadros sociais da memória. Tal como cultura e memória, a violência também é uma faceta da nossa sociedade. Enfrentar as diferentes formas de violência, nesse caso contra crianças e adolescentes, é uma tarefa indispensável do nosso tempo.

Por fim, uma análise sobre a relação e os impactos entre trabalho e estresse laboral arremata esta obra que desejamos seja leitura prazerosa e mobilizadora.


Joaquim dos Santos
José Italo Bezerra Viana

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A HISTÓRIA SOCIAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 1890 ATÉ 1930: CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIOLÓGICAS QUE IRROMPERAM O MOVIMENTO ANISIANO

Rachel Aguiar Estevam do Carmo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118101>

CAPÍTULO 2..... 16

ÍNDIA, SANGUE TUPI: QUERELAS ENTRE BRASIS

Davi Ebenezer Ribeiro da Costa Teixeira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118102>

CAPÍTULO 3..... 29

OS SABERES E PRÁTICAS DE AUTOATENÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LARANJAL – MATO GROSSO

Gilian Evaristo França Silva

Nayara Marcellly Ferreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118103>

CAPÍTULO 4..... 38


QUADRILHAS JUNINAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA MANTER A TRADIÇÃO

Jorginaldo Calazans dos Santos

Flaviano Oliveira Fonsêca

Tháís Danielle de Oliveira Nunes


Marília Gabriela Santos de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118104>

CAPÍTULO 5..... 46

CORPO E GESTUALIDADE NA APRESENTAÇÃO DA QUADRILHA JUNINA “MEU SERTÃO”– 2019

Wolney Nascimento Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118105>


CAPÍTULO 6..... 58

A NOVA FUNÇÃO E USO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO: O CASO DO NOVO USO DE PATRIMÔNIOS RELIGIOSOS

Luiz Fernando de Souza

Krysla Rodrigues Santos


Douglas Alvarenga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118106>

CAPÍTULO 7..... 70

RETRATOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE A PATIR DA SÉRIE FOTOGRÁFICA DE ALESSANDRA SANGUINETTI

Viviane Baschiroto


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118107>

CAPÍTULO 8..... 84

MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA E A REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL
INTRAFAMILIAR: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES

Isabela Alves Mattos

Elton Moreira Quadros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118108>

CAPÍTULO 9..... 95

ESTRÉS LABORAL Y RENDIMIENTO LABORAL DE LOS TRABAJADORES EN
ENTIDADES FINANCIERAS


Edy Larico Mamani

Demetrio Flavio Machaca Huancollo

Leopoldo Wenceslao Condori Cari

Robbins Flores Aguilar

Kelly Apaza Apaza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118109>

SOBRE OS ORGANIZADORES 110

ÍNDICE REMISSIVO..... 111

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA SOCIAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 1890 ATÉ 1930: CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIOLÓGICAS QUE IRROMPERAM O MOVIMENTO ANISIANO

Data de aceite: 01/10/2021

Data de Submissão: 06/09/2021

Rachel Aguiar Estevam do Carmo

Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas e
Direitos Humanos – NEPP-DH.

Cidade: Niterói.

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?fcod=DB6845B5617CDF2582956709A7C7B00F#

RESUMO: O presente artigo analisa os principais aspectos histórico-sociológicos do Brasil que irromperam o movimento educacional de Anísio Teixeira, quando o mesmo foi Diretor de Instrução Pública no Rio de Janeiro no período de 1931 a 1935. Concentraremos nossas análises nos principais fatos históricos que marcaram o período entre 1890 a 1930 destacando como o contexto escravocrata-colonial no período da emergência ou expansão do capitalismo competitivo impactou as reflexões de pensadores sociais e fortaleceram a chamada Revolução de 1930. Tal contexto fortalece o surgimento de políticas cujo objetivo foi a formulação de um forte projeto de construção da identidade nacional. Dessa forma, o presente artigo visa destacar os fatos relevantes que subjaz, conseqüentemente, as justificativas epistêmicas que balizaram o pensamento social pós-1930.

PALAVRAS-CHAVE: padrão compósito de hegemonia burguesa; política oligárquica, ordem social competitiva, ensino superior.

THE SOCIAL HISTORY OF BRAZIL IN THE PERIOD BETWEEN 1890 AND 1930: HISTORICAL-SOCIOLOGICAL CONDITIONS THAT BROKEDOWN THE ANISIAN MOVEMENT

ABSTRACT: This article analyzes the main historical and sociological aspects of Brazil that erupted in the educational movement of Anísio Teixeira, when he was Director of Public Instruction in Rio de Janeiro from 1931 to 1935. We will focus our analyzes on the main historical facts that marked the period between 1890 and 1930 highlighting how the slave-colonial context in the period of emergence or expansion of competitive capitalism impacted the reflections of social thinkers and strengthened the so-called Revolution of 1930. This context strengthens the emergence of policies aimed at formulating a strong national identity construction project. Thus, this article aims to highlight the relevant facts that consequently underlie the epistemic justifications that guided post-1930 social thought.

KEYWORDS: Composite pattern of bourgeois hegemony; oligarchic politics, competitive social order, higher education.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo procura entender a formação social do Brasil no período de 1890 até 1930, com objetivo de compreender as condições materiais que propiciaram a chamada “Revolução de 1930”.

O propósito é buscar as condições

histórico-sociais que fomentaram discussões em torno da chamada *identidade nacional*, manifesta através de marcos regulatórios, como por exemplo a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada pelo educador Anísio Teixeira, em 1934. É importante ressaltar que a UDF possuía traços ideológicos bastante críticos para a época, apesar de haver pensamentos críticos e até críticos radicais que favoreceram a concretização de espaços de ensino revolucionário, por exemplo, a Universidade Popular.¹

A UDF foi fechada em 1938 em pleno domínio estadonovista. A sua construção representa um momento ímpar de consolidação de inúmeras estruturas sociais que foram sendo lentamente estabelecida em períodos anteriores. A “Revolução de 30” representa a superação da crise política com repercussões (e mobilizações) nacionais, apoiados tanto pelos setores dominantes como pela população em geral. Anísio Teixeira veio nesse bojo de mudanças significativas e procurou ao longo de sua trajetória política proporcionar à população as condições necessárias para o seu crescimento pleno, ou seja, financeiro, social, intelectual e cultural. Essa visão plena do sujeito foi o ponto central de Teixeira na elaboração de projetos nos mais variados níveis de ensino, ao longo de sua vivência na política e que culminou no debate da identidade nacional, formulação essencial que permeou os debates na época da chamada “Revolução de 30”.

Nesse sentido, é importante revisitar o último quartel do século XIX, pois mostra a consolidação de classes no Brasil, a sua crise intraclasse, culminando, por conseguinte, com a Revolução de 1930. Concentraremos nossas análises partir de 1890, dado o marco inicial da chamada *República Velha* e por mostrar elementos estruturais ora mantidos, ora superados, com a finalidade de entender o contexto histórico-social.

No último item, faremos um breve relato das tentativas de institucionalização do Ensino Superior durante a República Velha, de modo, apontando as causas das continuidades e descontinuidade em relação ao projeto de ensino superior no Brasil.

Utilizaremos como referência os clássicos *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)* de Sônia Regina Mendonça, *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*, de Edgard Carone e o texto do Fernando Henrique Cardoso no livro *História Geral da Civilização Brasileira*, organizado pelo Boris Fausto. No contexto educacional, dialogaremos com Maria de Lourdes Fávero em *Universidade e Poder*, e com Luiz Antônio Cunha mediante as reflexões apresentadas em *A Universidade Temporã*.

Acreditamos que revisitar e refletir sobre as condições histórico-sociais em um momento atual tão singular nos ajuda a entender as perspectivas de ensino superior que pretendemos defender no Brasil.

¹ Segundo Carone (1984), a Universidade Popular surgiu em 1904 por iniciativa de correntes da pequena burguesia ligada à líderes do movimento operário, com tendências anarquistas.

21 ANTECEDENTES DA REPÚBLICA: BREVÍSSIMO PANORAMA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A chamada República no Brasil não altera a constituição social brasileira. Ao contrário consolida e precipita uma organização social já existente. Durante a Monarquia, os senhores de escravos, proprietários de terra (muitas vezes um senhor era dono de terras e de escravos) e escravos faziam parte da organização social.²

A grande alteração na estrutura social mencionada acima, com base em autores como Fernando Henrique Cardoso (1997), é a do fim do tráfico negreiro e, em seguida, o fim da escravidão.³ As atividades econômicas realizadas no período da escravidão e pelos imigrantes europeus, que no final da escravidão eram considerados força de trabalho, em algumas regiões do Brasil de extrema relevância, forçaram realocações de grupos sociais dominados, como também de grupos sociais dominantes que é o caso dos produtores de café.

Outro fator de alteração da estrutura social significativo é a expansão lucrativa do café por volta de 1870/1880 no noroeste de São Paulo. Sua expansão lucrativa, apontada nas análises feitas por Florestan Fernandes (1975), gera profundas alterações no cenário econômico, marcando a transição das bases capitalistas divididas em duas fases: a primeira seria a quebra da “homogeneidade da aristocracia agrária” e a segunda seria o surgimento de novos tipos de agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou nacional” (FERNANDES, 1975, p.27).

Esses novos tipos de agentes econômicos produziram a evolução interna do capitalismo competitivo a partir da segunda etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil, que vai de 1860 até 1950, como propõe Fernandes (1975).

Tal desenvolvimento capitalista não se estrutura de forma clássica, como se uma etapa fosse modificar radicalmente a estrutura social existente. O processo de constituição da classe burguesa não causou uma ruptura definitiva com o passado. Essa característica marca o capitalismo dependente produzido nas sociedades coloniais (FERNANDES, 1975).

No caso dos grupos dominados, Cardoso (1997) afirma que havia uma grande quantidade de trabalhadores livres no período de 1872, mostrando que os mesmos compuseram as novas atividades profissionais, mudando a relação senhor – escravo, tipo de relação que se hegemonizou desde a colonização do Brasil. Cardoso ainda salienta que a população brasileira cresceu 2,5% no período que vai de 1872 a 1890, mostrando que o surto (muito lucrativo) cafeeiro impulsionou estruturalmente o crescimento das cidades e das migrações (CARDOSO, 1997).

As transformações no setor do trabalho são apresentadas no quadro estudado por

2 Não podemos deixar de mencionar o fluxo migratório que ocorreu no Brasil entre 1824 a 1937, aumentando o número de imigrantes no último quartel do século XIX, em sua maioria italiana, espanhola, alemã, sírios e libaneses, japoneses. Extraído do texto de Giralda Seyferth, Fonte: www.diasmarques.adv.br/.../historico_imigracao_brasil.htm

3 O fim da escravidão representa um longo e duro processo histórico. Iniciado com pequenas, mas relevantes, mudanças institucionais – Lei dos Sexagenários, Lei do Ventre-Livre e, por fim, a Lei Áurea.

Cardoso (1997) sobre a distribuição (percentual) da população trabalhadora por profissões em províncias selecionadas⁴ no ano de 1872. Um dos dados mostra que o número de operários no Município Neutro (capital do Brasil) chega a 9,9% e em São Paulo 4,8% enquanto o número de lavradores, criadores e pescadores chegam a 10% e a 62%, respectivamente. Os de profissões não manuais urbanas são 28, 1% no Município Neutro e 3,4% em São Paulo, essas profissões não manuais urbanas seriam, de acordo com Cardoso, os

[...] religiosos, juizes, advogados, notários, e escrivães, procuradores, oficiais de justiça, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores, e homens de letras, empregados públicos, artistas, militares, marítimos, comerciantes, guarda-livros e caxeiros (CARDOSO, 1997, p.19)

Esses dados nos mostram alterações relevantes quanto ao panorama social do trabalho, uma vez que desconstrói as análises de uma divisão social pautada em apenas dois grupos sociais: de um lado os proprietários de terra e de outro, escravos e trabalhadores livres no campo.⁵ Nas últimas décadas do século XIX, vemos um grande deslocamento da região rural para a região urbana, embora a economia dominante estivesse concentrada na agricultura. A autora aponta ainda grandes mudanças no pensamento das elites agrárias.

No último quartel do século XIX o setor agrário brasileiro, segundo Mendonça (1997), recebeu um significativo investimento de capitais, principalmente ingleses. Segundo a autora tais investimentos podem ser vistos no Brasil pela via da melhoria das ferrovias e dos portos, “assim como pelos incipientes processos de urbanização e industrialização” (MENDONÇA, 1997, p.22).

Em relação à economia dos países capitalistas, a partir de 1870 os países hegemônicos capitalistas viviam um processo denominado Segunda Revolução Industrial e que novas formas de exploração e dominação se configuram em torno da extração do lucro. Por conta de um amplo processo de aperfeiçoamento tecnológico, originando grandes complexos industriais a economia dos países capitalistas, sobretudo a europeia, americana e japonesa, ampliaram a demanda por matérias-primas “tanto ao processamento industrial, quanto ao consumo dos grandes contingentes operários e burocráticos concentrados nas cidades, em torno das unidades fabris” (MENDONÇA, 1997, p.19). Esse fenômeno fez com que a hegemonia capitalista inglesa, única e absoluta na dominação econômica, passasse a disputar com outros países o controle da economia mundial. A ampliação de mais de um país dominando a economia, abre um leque de possibilidades para a venda de produtos primários e compra de outros produtos, estabelecendo conexões de importação-exportação mais complexas e diversificadas, entre os países que compõem a Ásia, África, América Latina, além da Grã-Bretanha.

O aumento na produção de mercadorias associado ao elevado fluxo de circulação de capitais gerou uma crise de superprodução que começou por volta de 1873 e foi até 1890

4 São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul.

5 Faço alusão mais ao mito popular de afirmar que só existiam dois grupos sociais no Brasil do que discordar de autores consagrados.

(MENDONÇA, 1997). O setor que mais sofreu foi o agrário. Mas nas regiões hegemônicas, seguindo as análises de Mendonça (1997) essa crise serviu para escoar capitais para sociedades pré-capitalistas ou não capitalistas, aumentando, assim, a dominação imperialista em países que ficam na periferia do capitalismo (HOBSBAWM *apud* MENDONÇA, 1997).

No Brasil, esse movimento estava coadunado com o chamado surto do café. A partir da ação imperialista de introjetar capitais nos países periféricos a produção cafeeira no Brasil aumentou e dinamizou-se com o fim de gerar e acumular riqueza.

Neste fim do Império, a crise político-institucional ganhava contornos significativos. Segundo Cardoso, D. Pedro teve uma visão limitada, mas que muito dos estrangeiros percebiam que “a espada começaria abalar o trono” (CARDOSO, 1997, p.26). Isso quer dizer que os militares começariam a fazer críticas severas a ponto de 1889 ter no Brasil “um trono em pedaços”.

A grande “questão militar⁶”, iniciada aproximadamente em 1887 representa

[...] a manifestação política – cívica diriam os militares – de oficiais em defesa de sua corporação e do direito de os oficiais manifestarem publicamente seu desacordo com autoridades civis e, às vezes, militares (CARDOSO, 1997, p.29).

Tal manifestação política significou o início de enfrentamentos contra a organização das instituições monárquicas, principalmente o abuso do Poder Moderador que seria a mão de ferro ou nas palavras de Cardoso (1997, p.27) “em fonte de poder absoluto” do rei D. Pedro.

D. Pedro usava o Poder Moderador como uma posição sua. Cabia a ele dissolver Câmaras, chamar novos Gabinetes, isto é, os cargos políticos do governo eram escolhidos pelo Imperador, sob o discurso de que este regime se apoiava nos partidos e era exercido de forma justa. Resumindo este processo, existia uma lista tríplice a que cabia o rei escolher o senador vitalício, só que tal escolha devia ao tempo que cada membro de partido político⁷ permanecesse no poder. Caso um partido dominasse há mais tempo a Câmara, o Rei destituía os membros e fazia novas eleições para escolher outros membros de partidos diferentes. Essa rotatividade tirava a permanência de política provincial e local, mas o exercício da função política confundia-se com a lealdade partidária, ou seja, os políticos estavam no poder por meio da afinidade partidária conquistada de acordo com a vontade do Imperador, do que pela vontade da população e por sua competência administrativa (CARDOSO, 1997).

A insatisfação dos militares começou antes da guerra do Paraguai e ganhou grandes proporções depois da *academicização* e *profissionalização* dos militares. A crítica se intensificou por conta da corrupção política e do abuso do Poder Moderador. Em uma interessante passagem, Floriano Peixoto, o futuro Marechal de Ferro, criticava a organização

6 Os militares, antes de eclodir a “questão militar”, lançaram o Manifesto Republicano em 1870 e criaram em 1871 o Clube da Reforma e o Instituto Militar (CARDOSO, 1997).

7 Cardoso salienta que os partidos de representação não representavam os eleitores uma vez que o processo de eleição separava votantes de eleitores, garantindo as mesmas disputas entre os eleitores, que geralmente eram os senhores de terra, escravos, caracterizando o processo eleitoral o que Cardoso definiu como “Clube de Senhores”.

política do estado monárquico: “Fato único, que prova exuberante podridão que vai por este pobre país e que muito necessita a ditadura militar para expurgá-la” (PEIXOTO *apud* CARDOSO, 1997).

Os militares por entrarem em ambientes acadêmicos, exercitando com isso o pensamento crítico, tinham arcabouços para questionarem a organização política de seu tempo e a proporem um *progressismo social*, isto é, a eliminar qualquer tipo de corrupção e abuso de poder, além de introduzirem a modernização na organização do Estado Brasileiro.

Segundo a visão militar de influência positivista, o Estado deveria ser “puro” e livre de qualquer política escusa. Com isso, em 1889, Deodoro que era conservador e monarquista torna-se Presidente⁸ destituindo a Monarquia no Brasil. Começa no Brasil uma nova fase denominada pelos historiadores de República Velha.

3 I ENFIM, A REPÚBLICA: PANORAMA SOCIOPOLÍTICO-ECONÔMICO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A crise política do Império já vinha se configurando e as forças militares estavam denunciando a corrupção e o abuso do Poder Moderador, exercido pelo rei D. Pedro. O estopim foi a queda do Gabinete Zacarias, a abolição da escravatura em 1888, a fundação do Partido Republicano e o movimento modernista que começou em 1870 (MENDONÇA, 1997).

A República no Brasil deu continuidade com a política econômica adotada no período imperial que seria a exportação de produtos primários. Mas a instabilidade cambial preocupava os produtores por não acumular dinheiro por conta da flutuação dos preços e da instabilidade do mercado externo. Para estabilizar o câmbio e manter o lucro pela venda dos produtos primários, o governo em 1890 adotou uma política de investir no setor “industrial-financeiro urbano”. O Ministro da Fazenda Rui Barbosa acreditava que a economia brasileira só prosperaria se estivesse consolidado “a democracia do trabalho industrial” (BARBOSA *apud* CARDOSO, 1997). Isso gerou um aumento na inflação, pois o incentivo à indústria e à substituição de trabalho escravo para trabalho livre, fez com que aumentasse a circulação de moeda, além de a política de incentivo à agricultura viver um áureo período de boas safras. Esses fatores contribuíram para proteger e aumentar a indústria nacional. Outro fator central para a grande renda do Tesouro Nacional foi a regulamentação de imposto de importação. Com o objetivo de garantir uma proteção à política de incentivo à indústria, a tarifa era “frágil e renhida”, mas representou uma grande discussão, sendo modificada diversas vezes. Cardoso (1997) apresenta um interessante quadro em relação à tarifa na Alfândega que os políticos modificaram ao longo do último decênio do século XIX. Neste quadro, percebemos que ora a tarifa aumentava a taxa, tornando-a protecionista (como foi o caso em 1895 quando houve um aumento de 25% das tarifas) e, em outros momentos, davam um corte mais liberal (exemplo foi o Decreto de 1897, que reduzia em 25% no geral, mas em alguns artigos tiveram

⁸ Como alude Cardoso (1997), Deodoro só foi eleito em 1891, pela Assembléia a 25 de fevereiro, data em que se encerra o Governo Provisório.

uma redução de 75 a 85%).⁹

Apesar de o incentivo à industrialização, Mendonça (1997) afirma que 75% da população economicamente ativa continuaria nas atividades agrícolas até em 1920. A partir da década de 1920, o país passaria a ter nas atividades industriais uma população de 13%. A autora salienta é que o modo de pensar, com características rurais, permaneceria intacto, apesar da relativa mudança liderada por Rui Barbosa na tentativa de modernizar não só a política econômica brasileira, mas o *modo de ser* do brasileiro.

O autor Edgar Carone (1984) ao retratar o início do operariado no Brasil, detalha que tal mudança alterou sim as relações cotidianas, o *modo de ser*, principalmente na região urbana. De acordo com Carone (1984), o processo de industrialização cresceu de maneira a não atrapalhar e impedir a produção agrícola. É dentro da hegemonia da região agrária que o setor industrial se desenvolve. Carone retrata as casas dos operários em meados dos anos de 1890. As iniciativas para a construção de casas são de capitalistas que aproveitam lugares não tão valorizados. Uma das reivindicações dos operários é para que o governo construísse casas populares. Nesse sentido, os trabalhadores associam a exploração de alugueis à exploração capitalista (CARONE, 1984). No governo de Deodoro, as reivindicações para que haja construções de casas populares foram colocadas no centro do debate pelos operários.

Durante o governo de Floriano, depois da renúncia de Deodoro em 23 de novembro de 1891, por ter dissolvido a Câmara, e o contragolpe, fruto da resistência (inclusive de muitos trabalhadores) no Pará, Rio Grande, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, de civis e militares (CARDOSO, 1997), começa a (re) funcionar o que Cardoso denominou de “gangorra do poder oligárquico”. Isso quer dizer que não existia um sistema político estável que marcasse os limites e as regras do jogo de poder (CARDOSO, 1997).

A Constituição do país, de 1891, tem como traço central o princípio federalista. Segundo Cardoso, tal regime seria representativo, “controlado por uma divisão de poderes entre o Legislativo, bicameral, o Executivo e o Judiciário” (CARDOSO, 1997, p.37). Isso evitaria o apadrinhamento de funcionários tão característicos no período imperial.

Mas os planejamentos políticos dos governos de Deodoro e Floriano, principalmente deste último, fracassaram por conta da crise econômica que assolou a economia brasileira nos anos de 1892. Já nos governos de Prudente de Moraes (1894-1898) e de Campos Sales (1898-1902) proclama-se a ortodoxia monetarista, por conta da necessária “deflação, equilíbrio orçamentário, restauração do imposto pago em ouro nas alfândegas” (CARDOSO, 1997, p. 36), com o intuito de reequilibrar a economia.

Com a institucionalização do federalismo, as dissidências entre estados aumentaram. Já na gestão de Campos Sales (1898-1902) há uma consolidação do que ficou chamado de Repúblicas das Oligarquias que começou em 1894 e foi até 1930, quando Prudente de Moraes, primeiro Presidente civil, assume o governo brasileiro.

De uma maneira geral, a forma de organização política que governou esse período

⁹ Fonte: CARDOSO, 1997, p.35

foi a Política Oligárquica. Consiste em uma proposta feita pelo Presidente Campo Salles em promover (institucionalizar) o “Pacto Oligárquico”, que seria uma liderança mais do que pessoal e sim institucional (CARDOSO, 1997). A organização dos cargos políticos ficaria restrita às alianças e às oposições entre os governos Federal e Estadual. Cardoso sintetiza o pacto oligárquico fazendo uma analogia ao período imperial: “Noutros termos, voltar-se-ia formalmente aos períodos em que as oposições locais poderiam transformar-se em governo graças às derrubadas promovidas pelo (poder) Moderador” (CARDOSO, 1997, p.47).

Cardoso divide em cinco características que imperaram a respeito da administração (institucional) da política oligárquica:

- Independência entre poderes, mas prevalência presidencial.
- O legislativo nem governa nem administra, que faz é o executivo.
- Os governadores estaduais seriam reconhecidos e legitimados, por meio da mesma eleição para o governo federal.
- As eleições estaduais causaram uma obrigação simbólica dos Estados apoiarem a política do presidente. Esse processo beneficiava, principalmente, o cálculo do número de deputados federais proporcional à população dos estados. Dessa forma, os estados mais populosos (São Paulo e Minas Gerais) tinham o maior número de representantes no Congresso e escolhiam, através de revezamento, o Presidente do Brasil.
- As atas eleitorais eram assinadas pela maioria das Câmaras Municipais e aprovada pela Comissão de Verificação de Poderes. Tudo isso para manter a lisura (inexistente na prática, principalmente porque o voto era aberto) do processo eleitoral.

Durante 36 anos, a Política Oligárquica vigorou para eleger os representantes do quadro político do Estado. Somente pós-crise de 1929 que tal política sucumbiu. E foi no governo de Washington Luís (1926-1930), porque o mesmo indicou um representante paulista¹⁰, depois de uma gestão indicada por um representante paulista. Minas Gerais não aceitou e a crise política fortaleceu a Aliança Liberal, uma chapa de oposição composta pelas oligarquias do Rio Grande do Sul, Paraíba e a “traída” Minas Gerais, além do Partido Democrático (composto por dissidentes do Partido Republicano Paulista). A Aliança Liberal indicou para Presidente Getúlio Vargas.¹¹

Até aqui, mapeamos aquilo que achamos o mais relevante da complexa organização política da República Velha. Em breves palavras mapearemos o ensino superior no período da República Velha utilizando as fontes de Luiz Antônio Cunha e de Maria de Lourdes Fávero.

¹⁰ Washington Luís teria indicado o candidato paulista Júlio Prestes.

¹¹ A Aliança Liberal indicou João Pessoa para ser vice de Getúlio.

4 | O ENSINO SUPERIOR NA REPÚBLICA VELHA

Vimos que a Proclamação da República, em 1889, representava a necessidade de mudanças já manifestadas nas relações do cotidiano da população. O fim do trabalho escravo, o fluxo imigratório, o surto do café, o aumento do setor urbano, o operariado, foram os pilares das grandes alterações vistas na sociedade brasileira.

Durante o período da República Velha, acompanhando as mudanças, no cenário da educação superior, houve o surgimento e o conseqüente aumento das escolas superiores livres, que não dependiam do Estado e eram construídos órgãos privados (CUNHA, 1980).

Todas as reformas foram implementadas pelo Executivo, sendo que sua aprovação dependia do orçamento.

Segundo Cunha (1980), em fins de 1880, existiam pequenas escolas superiores, principalmente nas áreas de Engenharia, Medicina, Direito e Agronomia, localizadas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Salvador, Recife/Olinda, Cruz das Almas (Bahia) e Pelotas (Rio Grande do Sul). A partir da consolidação da República Velha, o número de estudantes das escolas superiores aumentou muito. Isso está coadunado com o aumento do número de escolas superiores construídas pelo setor privado, isto é, fora do aparato do orçamento do Estado.

Cunha (1980) destaca um fator importante na expansão das escolas superiores: o fator ideológico positivista. A influência positivista no campo da política educacional foi grande durante a República Velha, sendo claramente percebida através de documentos e discursos na década de 1920. Nas análises de Cunha (1980, p.151), a Constituição de 1891 mostra a conciliação de [...] “antigos projetos liberais de secularização e descentralização do ensino com as propostas positivistas de desligar o exercício das profissões dos privilégios concedidos pelos diplomas escolares”.

Os positivistas, apesar da conciliação presente na Constituição, tinham posturas mais radicais. Eles defendiam que os diplomados não poderiam ter privilégios em cargos públicos, por causa especificamente dos títulos. Os positivistas defendiam que a ocupação de tais cargos deveria ser mediante exames (concurso) a fim de avaliar os candidatos.¹²

Como Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos entre 1890 e 1891, Benjamin Constant adaptou os ideias positivistas às necessidades do Estado, além de aumentar o acesso ao ensino superior.¹³ Esse dado fez com que ele legalizasse, por meio do Decreto 1.232-G, os diplomas expelidos pelas escolas superiores construídas pelo setor privado, que estas tivessem o mesmo valor dos expelidos pelas escolas federais. Tal Decreto criava o Conselho de Instrução Superior que teria a incumbência de aprovar e de equiparar os diplomas das escolas superiores privadas (CUNHA, 1980).

Houve a aprovação de novo Decreto, o 1.232-H, que regulamentava as Faculdades

¹² A defesa de concurso estava associada também à verificação de títulos anteriores (currículo).

¹³ Não mencionaremos a atuação do Ministro Benjamin Constant voltado para o ensino primário e secundário.

de Direitos já existentes, a de São Paulo e a de Pernambuco¹⁴ e permitia também a criação de escolas de Direito no âmbito estadual e pela iniciativa privada. De uma maneira geral, o Decreto 1.232-G não atendeu as exigências esperadas, fazendo com que as escolas superiores particulares, somente aquelas que não atendiam as exigências de equiparação, dessem “uma volta” na fiscalização ministerial.¹⁵

Outra questão que não ficou resolvida, até os dias de hoje, foi o exame de entrada para o ensino superior. O exame de madureza permitia o ingresso dos aprovados ao ensino superior. Porém, o que ocorreu foi o ensino secundário ter sido uma via obrigatória para o ensino superior. Além do exame de madureza, extinto para dar lugar ao exame de vestibular, “forma e função primitiva dos exames preparatórios” (CUNHA, 1980, p.161), a seriação obrigatória do ensino secundário serviram para impedir possíveis comprometimentos de rebaixamento de qualidade dos egressos do ensino superior.

Mas foi em 1915 que o ensino superior e secundário teve alterações profundas, inclusive em relação aos impasses sobre os exames, “primitivos” vestibulares. No ano que vai de 1891 até 1910 foram criadas cerca de 27 escolas superiores: 9 de Medicina, Obstetrícia, Odontologia, e Farmácia, 8 de Direito, 4 de Engenharia, 3 de Economia e 3 de Agronomia (CUNHA, 1980). Esse aumento favoreceu a criação do Decreto 11.530 que reorganizava o ensino secundário e superior em todo o país.¹⁶ Nele constavam algumas mudanças e acréscimo:

- Conservava o Conselho Superior de Ensino aumentando sua atribuição que seria a de fiscalizar escolas superiores não federais;
- Ressalvava que as escolas superiores equiparadas poderiam reivindicar a validade dos diplomas conferidos ao Supremo Tribunal Federal, à Diretoria de Saúde Pública ou ao Ministério da Viação;
- Impedimentos quanto à multiplicação das escolas que reivindicavam equiparação. Somente em casos em que a escola superior funcionasse em uma região com menos de 100.000 mil habitantes não poderia ser equiparadas. Não podia ser equiparadas mais de duas escolas de Direito, Engenharia ou Medicina, em cada unidade da federação. A cada escola oficial uma escola superior poderia ser equiparada, na mesma área de ensino.
- Cria a figura do professor catedrático, substituindo a do professor ordinário da lei orgânica;
- Reorganiza os exames de vestibulares: foram realizados em janeiro, tendo duas etapas: prova escrita e prova oral. A primeira consiste em traduzir um texto em duas línguas – francês, inglês ou alemão e a segunda vai de acordo com o critério de cada escola.

14 Um ótimo texto, lido na disciplina Educação Brasileira, foi o de Sérgio Adorno *A Academia de Direito de São Paulo no projeto de construção do Estado Nacional*.

15 Cunha (1980) cita duas escolas que fizeram isso: A Escola de Engenharia da Mackenzie e a Escola de Engenharia de Porto Alegre.

16 Serão analisadas no Decreto somente as alterações que concernem o ensino superior.

Percebe-se que no momento da implantação do Decreto a intenção dos políticos era de limitar o acesso ao ensino superior, uma vez limitando a autorização de novas escolas superiores. Os estudantes manifestaram-se contra o referido Decreto e a reforma que o implementou, conhecida como Reforma Rocha Vaz. Cunha (1980) caracteriza dois encaminhamentos estudantis acerca dos problemas sociais presentes na sociedade brasileira. Uma orientação seria a crítica à ideologia que o governo seguia: por se aproximarem dos trabalhadores, operários anarquistas e socialistas. Outra seria a partir dos interesses das classes médias urbanas, pois defendiam o sistema capitalista, com severas reformas institucionais.

Já no início do século XX, com intensas mudanças ocorrendo no Brasil, houve também grandes debates para a implantação ou não de Universidades no Brasil. Segundo Fávero (1980), desde o século XVII havia manifestações de criação dessas instituições. A Metrópole, para manter-se como tal, impedia qualquer ensino que fosse mais autônomo. Com aumentos de pessoas letradas por conta das escolas superiores intensificaram-se os debates para a criação de universidades no Brasil. Apesar de não mencionarmos tanto neste trabalho, a Igreja, sem dúvida, exerceu um poder fundamental em várias questões cruciais em torno da política brasileira. Não foi para menos a construção e defesa de uma universidade com ideias e preceitos cristãos. Em um evento realizado na Bahia, o Congresso Católico, realizado em 1901, inicia-se uma discussão da Igreja Católica sobre a possibilidade de se ter universidade ou faculdade católica no Brasil. No II Congresso Católico no Rio de Janeiro, em 1902, a pressão pela criação de uma universidade católica nos moldes das existentes na Europa aumentou muito e, em 1908, é fundada no Mosteiro Beneditino de São Paulo a primeira Faculdade de Filosofia do Brasil. Esta foi vinculada à Universidade de Louvain (FÁVERO, 1980).

As universidades que surgiram no Brasil foram de duração efêmera¹⁷: a Universidade Popular em 1904, de iniciativa da pequena burguesia ligada ao movimento operário de tendências anarquistas; a Universidade de Manaus em 1909; e a do Paraná em 1912.¹⁸ Em 1911, surgiu, segundo Cunha (1980), uma “curiosa sociedade”: Vinte profissionais de ensino superior fundaram uma sociedade civil que seria a Universidade de São Paulo.¹⁹ O recurso financeiro para subsidiar os equipamentos foi conquistado graças a essa sociedade que puderam montar laboratório de física, química, história natural e dentre outros (CUNHA, 1980).

Com o objetivo de oferecer ensino desde o primeiro grau, a Universidade “passageira” de São Paulo tinha o objetivo de promover teoria altamente rebuscada. A composição por níveis de ensino estariam subdivididas da seguinte maneira: Primário;

17 São chamadas pelo Cunha (1980) de *Universidades Passageiras*.

18 Em 1926 a Universidade de Manaus fragmentou-se em três estabelecimentos isolados: Faculdade de Engenharia (extinta em 1943), Faculdade de Farmácia e Odontologia (extinta em 1944) e a Faculdade de Direito, incorporada à Universidade do Amazonas em 1962. A universidade do Paraná foi extinta principalmente por causa da reforma Carlos Maximiliano (CUNHA, 1980).

19 Onze médicos, quatro farmacêuticos, três dentistas e dois advogados (CUNHA, 1980, p.180)

Secundário; Superior e chamada; “Transcendental”.

Em 1915 a Universidade contou com 700 alunos e 100 professores.²⁰ Entre 1913-16 a Universidade formou 132 cirurgiões-dentistas, 14 bacharéis em direito, 4 farmacêuticos, 4 engenheiros, e 6 doutores em medicina e cirurgia (CUNHA, 1980). Em 1917 ela foi fechada, apesar de um significativo avanço, não tendo nenhuma influência, didático-pedagógica para as universidades subsequentes, principalmente a Universidade de São Paulo, fundada em 1934.

Mas foi com a criação da Universidade do Rio de Janeiro através do Decreto nº 14.343 de 7 de setembro de 1920, por meio do qual resultou na superposição de uma reitoria a três escolas superiores já existentes, que o debate sobre universidade começa a ter relevância social (FÁVERO, 1980).

O Decreto 16.782-A de 1925 autoriza a criação de outras instituições universitárias, somente para os estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Todos os estados tinham que seguir o modelo do Rio de Janeiro e de ter um capital suficiente para custear as despesas das universidades.

Durante a década de 1920, os membros da futura Associação Brasileira de Educadores (ABE), criada em 1924, fizeram várias reformas do ensino contrárias as de Sampaio Dória.²¹ A partir de sua criação, a ABE serviu para “institucionalizar a discussão” do problema educacional em âmbito nacional (CUNHA, 1980).

Em 1926, o jornal Estado de São Paulo, e em 1928 a Associação Brasileira de Educadores (ABE) promoveram o que ficou conhecido como “inquéritos” sobre o ensino público, sendo discutido principalmente o problema da universidade no Brasil (FÁVERO, 1980). Fernando de Azevedo fez sérias críticas a respeito da legislação educacional. (CUNHA, 1980). A partir das hipóteses colocadas nesse inquérito, Francisco Campos, o então Ministro da Educação e Saúde, coleta a sua inspiração para elaborar a exposição de motivos do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931.

O inquérito foi decisivo para consolidar, radicalmente, alterações no ensino, principalmente em seu arcabouço legislativo, devido ao diagnóstico do inquérito.²² A síntese de defesa de um ensino de qualidade pode ser resumida em quatro aspectos gerais (CUNHA, 1980): 1. Os ginásios não cumprem o papel de formar culturalmente a população do país; 2. A necessidade de formar elites intelectuais; 3. A criação de uma Universidade de São Paulo²³ deve ser feita pelo espírito universitário moderno; 4. Criação de uma secretaria de educação estadual e um ministério para a saúde e instrução pública.

20 Em 1915 foi lançado também o Decreto 11.530 de 18 de março. Ele dizia que o Governo Federal poderia “reunir em universidade, no Rio de Janeiro, a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e uma escola de direito” (CUNHA, 1980, p.189).

21 Foi a mais importante reforma realizada pelo movimento “entusiastas da educação”. Sampaio Dória, membro da Liga Nacionalista, reformou o ensino primário, instituiu a escola primária de sete anos, com dois anos primeiros obrigatórios (CUNHA, 1980, p.195).

22 O inquérito contemplava também o ensino secundário.

23 O inquérito era para analisar a situação do ensino em São Paulo, mas foi estendido para todo o país tendo em vista o documento conter densas e complexas análises acerca da realidade educacional no país.

Tais aspectos serviram para que Francisco Campos encaminhasse reformas no plano do ensino superior bastante significativa. Segundo Tenório (2009), a Reforma Francisco Campos organizou a estrutura do ensino, por meio de uma série de decretos criando o ensino de base comum nacional. Seguem abaixo os principais decretos da Reforma Francisco Campos:

- Decreto nº 19.850 – 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação.
- Decreto nº 19.851 – 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do Ensino Superior no Brasil e adota o Regime Universitário (o chamado Estatuto das Universidades Brasileiras)
- Decreto nº 19.852 – 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
- Decreto nº 19.890 – 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do Ensino Secundário.
- Decreto nº 20.158 – 30 de junho de 1931: organiza o Ensino Comercial, regulamenta a profissão de Contador e dá outras providências.
- Decreto nº 21.241 – 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário (SAVIANI *apud* TENÓRIO, 2009).

As alterações na década de 1930 no âmbito do ensino superior não surgiram de repente. Tentamos mostrar como que ao longo da República Velha as questões sobre educação foram ganhando espaço muito por conta de alterações centrais no campo socioeconômico brasileiro. O Estatuto das Universidades Federais, elaborado por Francisco Campos reflete a história da mentalidade, segundo Fernandes (1975) pertencente a uma ordem social competitiva e dependente dos países centrais do capitalismo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo pretendeu situar historicamente a organização social no Brasil no período da República Velha. Essa tarefa contribui no entendimento do contexto histórico da década de 1930.

O panorama social antes da “Revolução de 1930” é essencial para entendermos os motivos que levaram certos setores sociais dominantes a transformarem a ordem até então existente. Essa transformação que culminou com a “Revolução de 30” foi mais para inserir politicamente grupos dominantes excluídos devido à política do café com leite, ou nas palavras do Cardoso 1997, no jogo da política oligárquica do que alterar radicalmente a divisão social fundada em quem tem mais riqueza e em quem tem menos.

Dois questões chamam a atenção em relação à organização social no século XIX no Brasil: a importância econômica e social do fim da escravidão e a imigração. Esses dois fatores, além de outros condicionantes, foram decisivos na formação e no rearranjo

de grupos sociais que em seguida fizeram parte da organização compósita da burguesia brasileira, neste caso privilegiando somente os imigrantes.

O escravo representava lucro para os senhores de terra, por eles não “pagarem” a força de trabalho dispendida. Com a vinda de imigrantes, associado a uma maior escolarização das camadas médias e altas, o processo de construção da classe trabalhadora toma forma sob os moldes do sistema capitalista. Edgar Carone (ano) desenvolve brilhantemente as lutas contra as desigualdades no Brasil a partir das experiências que os imigrantes tiveram na Europa.

Esse movimento – fim da escravidão e fluxo migratório – ocorreu junto com o processo de urbanização. Importante destacar que os fatores mencionados neste artigo exercem uma relação de concomitância, isto é, aconteceram em um conjunto histórico propício a mudanças e estas ocorreram simultaneamente. Entendemos por simultâneo o fato histórico que não está diretamente vinculado com o tempo cronológico, mas sim com o tempo social no qual tal fato acontece.

Essas questões são centrais porque os três autores utilizados: Edgar Carone, Fernando Henrique Cardoso e Sônia Mendonça – inclusive Florestan Fernandes – afirmam que essas alterações foram significativas, conforme apresentada ao longo do artigo.

Nesse sentido, o artigo procura revisitar e problematizar por meio dos fatos históricos a reorganização das classes sociais no país que culminou na “Revolução de 30” e que influenciou pensadores sociais, sobretudo Anísio Teixeira a reformular marcos regulatórios que tinha como base a identidade nacional por meio da ação da democratização e permanência do acesso à educação. Importante ainda ressaltar que a reorganização de classe foi necessária para manter uma elite compósita no poder, fragilizando as possibilidades de transformação social.

A potencialidade desperdiçada pela sociedade brasileira ao conservar a “Revolução de 30”, mantendo os rearranjos de classes de forma compósita, vem surtindo efeitos perversos até os dias de hoje. Nesse sentido, analisar o período de 1890 até 1930 nos inspira a refletir novas ações e consignas de luta em prol da democratização e permanência dos espaços formais de ensino, bem como ampliar o acesso à difusão cultural tão necessários para aprofundar o capital cultural da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. A Academia de Direito de São Paulo no projeto de construção do Estado Nacional. In: **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos Governos Militares a Prudente - Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Org.) **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: BCD União de Editores S.A, 1997. (História Geral da Civilização Brasileira).

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877-194)**. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1984.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**: o Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade e Poder**: Análise crítica/fundamentos históricos: 1930-1945. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FERNANDES. Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: um ensaio de interpretação sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997. (Estudos Rurais).

TENÓRIO, N. C. O Ensino no Brasil: da República Velha à Reforma Francisco Campos: uma releitura. **Revista Espaço Acadêmico**, 92, 1-7, 2009.

SEYFERTH, Giralda. In: Advocacia Dias Marques On-line. Disponível em: <www.diasmarques.adv.br/.../historico_imigracao_brasil.htm> Acesso em: 6 de agosto de 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso sexual 6, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94
Alessandra Sanguinetti 5, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82
Ambiente de trabalho 96
Autoatenção 5, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37

C

Ciclo junino 41, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 57
Condições de trabalho 96
Conservação 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 85
Corpo 4, 5, 25, 26, 33, 34, 35, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 93
Criança 35, 50, 72, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93
Cultura 2, 4, 17, 22, 23, 27, 31, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 48, 52, 56, 57, 60, 61, 62, 64, 98, 108

E

Ensino superior 1, 2, 8, 9, 10, 11, 13, 15
Exigências do trabalho 96

F

Fotografia 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82

H

Hegemonia burguesa 1

I

Identidade 1, 2, 14, 18, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 38, 39, 40, 44, 46, 47, 54, 55, 57, 58, 59, 67, 68, 77
Infância 4, 5, 70, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 82, 89, 91, 92, 93, 94

L

Lady Clementina Hawarden 70, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83

M

Mato Grosso 5, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36
Memória 2, 4, 6, 16, 17, 20, 22, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 48, 54, 56, 58, 60, 64, 65, 66, 69, 78, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 110

Modernidade líquida 16, 17, 19, 20, 25, 26, 27

Música 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 41, 48, 51, 55

N

Nova função 5, 58

Novo uso 5, 58

O

Ordem social competitiva 1, 13

P

Padrão compósito 1

Patrimônio 5, 40, 41, 44, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 110

Política oligárquica 1, 8, 13

Práticas 4, 5, 17, 18, 19, 23, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 39, 41, 46, 47, 54

Q

Quadrilha junina meu sertão 46, 51, 52, 54

Quadrilhas juninas 4, 5, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 54, 56

Quilombo de Laranjal 29

R

Responsabilidade 96

Roni Horn 70, 77, 78, 79, 80, 82

S

Saberes 4, 5, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37

Sobrecarga de trabalho 96

T

Tradição 5, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 34, 35, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 56

Turismo 4, 38, 42, 44, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 110

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Memória, cultura e sociedade 2



 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Memória, cultura e sociedade 2



 **Atena**
Editora

Ano 2021